

BB Administradora de Consórcios S.A.

Setor Bancário Sul - Brasília-DF - CNPJ 06.043.050/0001-32

Exercício encerrado em 31.12.2015

Relatório da Administração

A EMPRESA

A BB ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A - BB Consórcios - é uma subsidiária integral do Banco do Brasil S.A., com sede em Brasília (DF), que tem por objeto principal a organização e administração de grupos de consórcio destinados a facilitar o acesso a bens móveis duráveis, bens imóveis e serviços aos seus clientes.

ATUAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS

A BB Consórcios consolida-se entre as maiores administradoras de consórcios do mercado e registrou, ao final de 2015, mais de 644 mil participantes ativos. De acordo com informação divulgada pelo Banco Central em janeiro de 2016 (dados de novembro/2015), ocupa atualmente a 3ª posição no *ranking* geral das administradoras de consórcio e a 2ª posição entre as administradoras vinculadas a instituições financeiras.

A carteira concentra 96,2% de sua composição nas modalidades de automóveis (93,3%) e imóveis (2,9%), resultado da estratégia comercial com foco nos segmentos de tickets mais elevados aderente à atuação dos demais bancos. Destaque para o segmento de automóveis, representado por mais de 601 mil participantes ativos, posicionando-se como a 2ª maior administradora do mercado neste segmento.

Cabe ressaltar que a BB Consórcios é a única administradora ligada a instituição financeira que oferta todos os segmentos de produtos, abrangendo as modalidades de motocicletas, eletroeletrônicos e serviços, além das destacadas acima.

Em 2015, foram comercializadas mais de 144 mil novas cotas de consórcio, que representaram R\$ 4,28 bilhões em volume de negócios. Na economia, a BB Consórcios disponibilizou valor superior a R\$ 2,97 bilhões, decorrente do pagamento de mais de 102 mil bens e serviços, gerando, cada vez mais, negócios para os diversos elos da cadeia produtiva.

ACÇÕES ESTRATÉGICAS

Em 2015, as ações estratégicas estiveram voltadas ao lançamento e comercialização de produtos de maior valor, a exemplo dos planos para automóveis com cartas de até R\$ 140 mil, cuja iniciativa visa atender a demanda do mercado.

Além disso, lançou-se novo grupo de imóveis na faixa de R\$ 100 mil a R\$ 200 mil, com prazo estendido para 180 meses, que atende a demanda para aquisição de imóveis residenciais e comerciais por pessoas físicas e jurídicas, e ainda pode ser utilizado para imóveis rurais, terrenos, reforma e construção.

A atuação por meio de parceiros tem reforçado a distribuição e venda dos produtos de consórcio, de forma complementar à rede de agências do Banco do Brasil. Ao longo do ano, foram originadas mais de 14 mil operações nesse canal, correspondendo a R\$ 498 milhões em volume de negócios.

INICIATIVAS SOCIAIS E SUSTENTÁVEIS

A BB Consórcios lançou nova linha para aquisição de bens e serviços sustentáveis, agregando à estratégia lançada no ano anterior para aquisição de bens não poluentes. A iniciativa inédita no mercado de consórcios, além de permitir a compra de bicicletas e bicicletas elétricas, também possibilita a aquisição de bens e serviços de eficiência energética e reuso de água, tais como placas fotovoltaicas, filtros de água, bombas e luminárias solares. A nova linha tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento sustentável do país e permitir que famílias, empresas e propriedades rurais planejem a instalação de equipamentos que preservem os recursos naturais do país.

A iniciativa vem ao encontro da política específica de responsabilidade socioambiental aprovada pela BB Consórcios, cujo objetivo é orientar o comportamento da administradora e estimular a adoção e disseminação de princípios de atuação em bases social e ambientalmente responsáveis.

Pelo quinto ano consecutivo, a BB Consórcios apoia projetos de incentivo ao FIA – Fundo da Infância e Adolescência. Em 2015, os projetos apoiados somaram R\$ 400 mil em iniciativas voltadas ao combate e tratamento do câncer infantil, ações voltadas à inclusão social através da educação e prática esportiva, além de apoio a menores carentes e vítimas de violência doméstica e sexual.

SATISFAÇÃO DE CLIENTES

Em dezembro de 2015, última posição divulgada do *ranking* de reclamações do Bacen, considerando as administradoras de consórcios, a BB Consórcios figurou na 7ª posição do *ranking*, com 5 reclamações reguladas procedentes. As ocorrências recebidas via BB Atende foram respondidas dentro do prazo legal.

No segundo semestre de 2015, foram registradas 15 ocorrências no portal consumidor.gov.br, menor quantidade entre as Administradoras ligadas à instituição financeira no período. Neste canal, a administradora respondeu todas as ocorrências que lhe cabiam, no prazo médio de 5,2 dias, inferior ao limite de 10 dias estipulado pelo portal.

No âmbito interno do Banco do Brasil S.A., o Consórcio continua elencado na ação Solução Imediata (SIM), que permite a antecipação de valores questionados pelo cliente, antes de análise conclusiva, visando melhorar o atendimento e resolver as demandas no primeiro contato com o cliente.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em 2015, as receitas com prestação de serviços atingiram o montante de R\$ 427 milhões, incremento de 26,9% em relação a 2014. O lucro líquido alcançou R\$ 209 milhões, representando um RSPL de 126,2%.

No encerramento do ano, o Patrimônio Líquido atingiu o montante de R\$ 167,5 milhões.

CENÁRIO ECONÔMICO – MERCADO CONSÓRCIOS

De janeiro a novembro de 2015, conforme dados da Associação Brasileira de Administradoras de Consórcios (ABAC), o mercado de consórcios atingiu R\$ 79,74 bilhões em volume de negócios, 13,5% superior ao volume verificado no mesmo período de 2014.

Ainda segundo a ABAC, o número de vendas de novas cotas registradas foi de 2,15 milhões, contribuindo para o aumento na quantidade de participantes ativos, que somou 7,13 milhões, equivalente ao crescimento de 1%, comparado aos 7,07 milhões de participantes verificados no mesmo período de 2014. A diferença positiva de 1,9% sobre as 2,11 milhões de adesões alcançadas no mesmo período confirmou os consórcios como uma das melhores opções para manutenção da qualidade de vida, face às suas características e diferenciais, também em época de turbulências econômicas.

Os números levantados pela ABAC mostram que o consumidor, mesmo ao atravessar 2015 com dificuldades econômicas como inflação crescente e alta taxa de juros, optou pela aquisição de bens ou contratação de serviços por meio do consórcio, assumindo compromissos financeiros mais coerentes com o momento, levando em conta orçamento e disponibilidades.

Para o ano que se inicia, mesmo com a insegurança no cenário econômico, é possível antever a continuidade no crescimento do mercado de consórcios, apoiado na conscientização, cada vez maior, do consumidor sobre educação financeira.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A BB Consórcios possui uma estrutura de governança corporativa formada pelo Conselho de Administração, composto por cinco membros e assessorado pelo Comitê de Auditoria, e pela Diretoria Executiva, composta por três diretores estatutários. A BB Consórcios possui ainda um Conselho Fiscal composto por três membros titulares e três suplentes.

A Administradora adota as boas práticas de governança onde as decisões são tomadas de forma colegiada por meio de comitês e subcomitês que garantem maior agilidade e segurança ao processo de tomada de decisão.

CAPITAL HUMANO

O quadro de colaboradores, no encerramento do ano, era composto por 34 funcionários ativos e 3 diretores estatutários, todos cedidos pelo Banco do Brasil S.A.

A política de valorização dos profissionais adotada pela BB Consórcios contempla a oferta de oportunidades de desenvolvimento e ascensão, além da implementação de melhoria nas condições do ambiente e no clima organizacional.

Em 2015, a BB Consórcios investiu na capacitação dos seus colaboradores e incentivou a realização dos exames periódicos de saúde por todos os funcionários da Administradora, contribuindo com a saúde e o bem estar no trabalho.

Durante o ano, foram desenvolvidas, ainda, ações de reconhecimento, integração e promoção da qualidade de vida no trabalho, buscando significado e sentido à atividade de cada funcionário e satisfação em fazer parte da BB Consórcios, com eventos temáticos e ação de solidariedade com incentivo a doações a entidade carente.

GESTÃO DE RISCOS

O processo de gestão de riscos é orientado pelo Conselho de Administração e executado pela Diretoria Executiva e demais funcionários, por meio de aplicação de políticas e metodologias específicas, alinhadas às utilizadas pelo Controlador.

A Gerência Controles Internos auxilia os gestores de processos e produtos na identificação de eventos em potencial que possam afetar a organização, na análise da relevância dos riscos a que estão sujeitos os negócios, atividades e processos da empresa e no desenvolvimento de instrumentos de mitigação e monitoramento dos riscos.

CONTROLES INTERNOS

O processo de gerenciamento dos controles internos na BB Consórcios é efetivo e consistente com a natureza e complexidade das operações realizadas, e, tem proporcionado com razoável segurança o atingimento dos objetivos da empresa, a fidelidade das demonstrações financeiras e a aderência aos normativos internos e externos. É periodicamente avaliado pelas áreas de controle e risco do conglomerado BB.

A Gerência Controles Internos realiza periodicamente testes de conformidade visando à mitigação do risco de *compliance*. Também utiliza metodologia estruturada para avaliar a eficácia dos controles-chave alinhados aos processos, com o objetivo de identificar eventuais deficiências de desenho ou operacionalização. Verificada a necessidade de correção de falhas nos controles são emitidas recomendações para a adoção de medidas saneadoras.

AUDITORIA INDEPENDENTE

A BB Consórcios utiliza-se do serviço técnico profissional especializado prestado pela KPMG Auditores Independentes, que tem por objetivo a emissão de parecer sobre a adequação dos procedimentos contábeis, os controles internos e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Agradecemos aos nossos clientes e fornecedores pela confiança e credibilidade dispensada e aos nossos colaboradores pelo apoio, dedicação e profissionalismo que contribuíram para os resultados obtidos.

Demonstrações Contábeis

Em milhares de Reais

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	31.12.2015	31.12.2014
ATIVO CIRCULANTE	348.148	313.887
Disponibilidades	(Nota 4) 38	104
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	324.152	292.720
Aplicações em operações compromissadas	(Nota 5.a) 324.152	292.720
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	11.421	10.450
Carteira própria	(Nota 6.a) 11.421	10.450
Outros Créditos	12.528	10.613
Créditos específicos	(Nota 7.a) 695	787
Diversos	(Nota 7.b) 11.833	9.826
Outros Valores e Bens	9	--
Despesas antecipadas	9	--
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	19.087	16.877
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	19.087	16.877
Carteira própria	(Nota 6.a) 19.087	16.877
PERMANENTE	38	36
Imobilizado	38	36
Móveis e equipamentos de uso	47	40
(-) Depreciação acumulada de móveis e equipamentos de uso	(9)	(4)
TOTAL DO ATIVO	367.273	330.800

PASSIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.12.2015	31.12.2014
PASSIVO CIRCULANTE	199.751	166.638
Outras Obrigações	199.751	166.638
Sociais e estatutárias	(Nota 8.a) 108.290	95.187
Fiscais e previdenciárias	(Nota 8.b) 67.873	51.415
Diversas	(Nota 8.c) 23.588	20.036
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	167.522	164.162
Capital	98.539	98.539
De domiciliados no país	(Nota 10.a) 98.539	98.539
Reservas de Lucros	(Nota 10.b) 68.983	65.623
TOTAL DO PASSIVO	367.273	330.800

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	2º Sem/2015	Exerc/2015	Exerc/2014
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	20.867	37.152	27.180
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	(Nota 6.b) 20.867	37.152	27.180
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	20.867	37.152	27.180
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	142.623	281.511	247.832
Receitas de prestação de serviços	(Nota 9.a) 221.679	427.034	336.437
Despesas de pessoal	(Nota 9.b) (5.656)	(10.985)	(10.111)
Outras despesas administrativas	(Nota 9.c) (5.795)	(13.371)	(7.421)
Despesas tributárias	(Nota 11.c) (29.489)	(56.628)	(47.255)
Outras receitas operacionais	(Nota 9.d) 2.415	7.683	6.045
Outras despesas operacionais	(Nota 9.e) (40.531)	(72.222)	(29.863)
RESULTADO OPERACIONAL	163.490	318.663	275.012
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES	163.490	318.663	275.012
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(55.262)	(109.025)	(93.315)
(Nota 11.a)	(55.262)	(109.025)	(93.315)
PARTICIPAÇÃO DE ADMINISTRADORES NO LUCRO	(182)	(350)	(334)
LUCRO LÍQUIDO	108.046	209.288	181.363
Número de ações	14.100	14.100	14.100
Lucro por ação (R\$)	7.662,80	14.843,10	12.862,60

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

	2º Sem/2015	Exerc/2015	Exerc/2014
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS OPERAÇÕES	163.490	318.663	275.012
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	163.490	318.663	275.012
Ajustes ao Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	796	957	1.486
Despesas com provisões para passivos contingentes	794	953	1.484
Despesas de depreciação	2	4	2
Lucro Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	164.286	319.620	276.498
Variações Patrimoniais	(64.491)	(123.199)	(123.832)
Aumento em aplicações interfinanceiras de liquidez	(35.783)	(31.432)	(72.621)
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários	(3.250)	(3.180)	1.193
(Aumento) Redução em outros créditos	16.142	(2.620)	(3.510)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(26.114)	(89.024)	(52.900)
Aumento (Redução) em outras obrigações	(15.486)	3.057	4.006
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES	99.795	196.421	152.666
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(7)	(7)	(25)
Aquisição de imobilizado de uso	(7)	(7)	(25)
CAIXA UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(7)	(7)	(25)
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(99.870)	(196.480)	(152.685)
Dividendos pagos	(99.870)	(196.480)	(152.685)
CAIXA UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(99.870)	(196.480)	(152.685)
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(82)	(66)	(44)
Início do período	120	104	148
Fim do período	38	38	104
Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	(82)	(66)	(44)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EVENTOS	Capital	Reservas de Lucros		Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
		Reserva Legal	Reservas Estatutárias		
Saldos em 31.12.2013	98.539	7.280	49.275	--	155.094
Lucro líquido do período	--	--	--	181.363	181.363
Destinações: - Reservas	--	9.068	--	(9.068)	--
- Dividendos (R\$ 12.219,47 por ação)	--	--	--	(172.295)	(172.295)
Saldos em 31.12.2014	98.539	16.348	49.275	--	164.162
Mutações do período	--	9.068	--	--	9.068
Saldos em 30.06.2015	98.539	19.708	49.275	--	167.522
Lucro líquido do período	--	--	--	108.046	108.046
Destinações: - Reservas	--	--	--	--	--
- Dividendos (R\$ 7.662,80 por ação)	--	--	--	(108.046)	(108.046)
Saldos em 31.12.2015	98.539	19.708	49.275	--	167.522
Mutações do período	--	--	--	--	--
Saldos em 31.12.2014	98.539	16.348	49.275	--	164.162
Lucro Líquido do período	--	--	--	209.288	209.288
Destinações: - Reservas	--	3.360	--	(3.360)	--
- Dividendos (R\$ 14.604,81 por ação)	--	--	--	(205.928)	(205.928)
Saldos em 31.12.2015	98.539	19.708	49.275	--	167.522
Mutações do período	--	3.360	--	--	3.360

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO CONSOLIDADA

ATIVO	31.12.2015	31.12.2014	PASSIVO	31.12.2015	31.12.2014
ATIVO CIRCULANTE	4.943.001	4.355.217	PASSIVO CIRCULANTE	4.943.001	4.355.217
Disponibilidades	121	496	Outras Obrigações	4.943.001	4.355.217
Aplicações Interfinanceiras	2.326.782	1.796.325	Obrigações com consorciados	1.920.568	1.952.762
Outros Créditos	2.616.098	2.558.396	Valores a repassar	69.888	10.868
Direitos junto a consorciados contemplados	2.616.098	2.558.396	Obrigações por contemplações a entregar	1.902.469	1.518.893
Normais	2.592.439	2.536.776	Recursos a devolver a consorciados	678.831	505.911
Em atraso	23.659	21.424	Recursos do grupo	371.245	366.783
Em cobrança judicial	--	196	COMPENSAÇÃO	15.964.509	15.345.858
COMPENSAÇÃO	15.964.509	15.345.858	Recursos mensais a receber de consorciados	202.928	187.700
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	202.928	187.700	Obrigações do grupo por contribuições	8.321.348	7.974.156
Contribuições devidas ao grupo	8.321.348	7.974.156	Bens ou serviços a contemplar	7.440.233	7.184.002
Consorticiados - bens a contemplar	7.440.233	7.184.002	TOTAL DO PASSIVO	20.907.510	19.701.075
TOTAL DO ATIVO	20.907.510	19.701.075			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BB Administradora de Consórcios S.A.

Sector Bancário Sul - Brasília-DF - CNPJ 06.043.050/0001-32

Exercício encerrado em 31.12.2015

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS CONSOLIDADA

	2º Sem/2015	Exerc/2015	Exerc/2014
DISPONIBILIDADES (início do período)	2.109.565	1.796.821	1.287.219
Depósitos bancários	3.053	496	1.440
Aplicações financeiras do grupo	338.416	277.433	208.567
Aplicações financeiras vinculadas a contemplação	1.768.096	1.518.892	1.077.212
(+) RECURSOS COLETADOS	2.225.552	4.378.955	3.608.468
Contribuições para aquisição de bens	1.719.523	3.377.105	2.856.088
Taxa de administração	218.570	421.353	326.833
Contribuições ao fundo de reserva	59.769	118.232	102.541
Rendimentos de aplicações financeiras	118.926	210.631	127.025
Multas e juros moratórios	5.696	11.796	8.577
Prêmios de seguro	17.842	36.925	42.651
Custas judiciais	76	164	105
Reembolso de despesas de registro	5.556	11.035	10.564
Outros	79.594	191.714	134.084
(-) RECURSOS UTILIZADOS	2.008.214	3.848.873	3.098.866
Aquisição de bens	1.616.471	3.032.626	2.481.398
Taxa de administração	218.740	421.036	332.092
Multas e juros moratórios	2.855	5.901	4.285
Prêmios de seguro	14.763	31.890	51.153
Custas judiciais	312	500	392
Devolução a consorciados desligados	28.799	65.424	27.475
Despesas de registro de contrato	5.649	11.249	10.856
Outros	120.625	280.247	191.215
DISPONIBILIDADES (final do período)	2.326.903	2.326.903	1.796.821
Depósitos bancários	121	121	496
Aplicações financeiras do grupo	424.313	424.313	277.433
Aplicações financeiras vinculadas a contemplação	1.902.469	1.902.469	1.518.892

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

1 - ADMINISTRADORA

1 - A BB CONSÓRCIOS E SUAS OPERAÇÕES

A BB Administradora de Consórcios S.A. (BB Consórcios) é uma subsidiária integral do Banco do Brasil S.A., constituída em 12 de dezembro de 2003 e sua sede está localizada no Setor Bancário Sul, Quadra 2, bloco E, 5º andar, Edifício Prime Business, Asa Sul, Brasília-DF. Tem por objeto a administração de grupos de consórcios destinados a facilitar o acesso a bens ou conjunto de bens móveis duráveis, bens imóveis e serviços aos seus clientes – incluindo pessoas físicas de baixa renda e microempresários – e a prática de todas as operações permitidas pelas disposições legais e regulamentares às administradoras de consórcios. O primeiro grupo de consórcio foi formado em abril de 2004.

Como parte integrante do Conglomerado Banco do Brasil, suas operações são conduzidas em um contexto que envolve um conjunto de empresas que atuam no mercado se utilizando, de forma compartilhada, da infraestrutura tecnológica e administrativa dessas empresas. Suas demonstrações contábeis devem ser entendidas nesse contexto.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen), específicas para a atividade de consórcio.

A elaboração das demonstrações, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às administradoras de consórcios, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: os ativos fiscais diferidos, as antecipações de Imposto de Renda e Contribuição Social, provisões para as demandas cíveis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite normas e interpretações contábeis, alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pela BB Consórcios, quando aplicável: CPC 00 – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC, CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 – Evento Subsequente, CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 33 – Benefícios a Empregados.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 17.02.2016.

3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas adotadas pela BB Consórcios são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

a) Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, ratificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

As taxas de administração dos grupos de consórcios são escrituradas na administradora por ocasião de seu efetivo recebimento, quando é apropriada como receita (conforme Circular Bacen n.º 2.381/1993).

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em mercado aberto, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor justo, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias (Nota 4).

c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável (Nota 5).

d) Títulos e Valores Mobiliários - TVM

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da empresa, em três categorias distintas, conforme Circular Bacen n.º 3.068/2001 (Nota 6):

Títulos para Negociação: títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados ativa e frequentemente, ajustados mensalmente pelo valor de mercado. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período;

Títulos Disponíveis para Venda: títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados mensalmente ao valor de mercado e suas valorizações e desvalorizações registradas, líquidas dos efeitos tributários, em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido; e

Títulos Mantidos até o Vencimento: títulos e valores mobiliários que a BB Consórcios tem e dispõe de capacidade financeira e intenção para manter até o vencimento. Esses títulos não são ajustados pelo valor de mercado. A capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que desconsidera a possibilidade de venda desses títulos.

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, o valor de instrumentos financeiros similares ou o valor líquido provável de realização obtido com a utilização de metodologias de apuração de valor presente aderentes aos preços praticados no período.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independente de como estão classificados, são apropriados *pro rata die*, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento, que não tenham caráter de perdas temporárias, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucros ou prejuízos com títulos e valores mobiliários.

e) Provisão para Outros Créditos

As provisões para outros créditos são constituídas em montante julgado suficiente à cobertura de riscos dos créditos a receber, observando o valor de mercado. A BB Consórcios não possui saldo de provisão para outros créditos em 31.12.2015.

f) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquotas
Imposto de Renda - IR (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	9%
Pis/Pasep	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins	7,6%
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	5%

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 3.059/2002, alterada pela Resolução CMN n.º 3.355/2006 e CMN n.º 4.192/2013, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

g) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros – Imparidade

A BB Consórcios avalia, com base em fontes internas e externas, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa ter sofrido desvalorização. Se houver indicação de desvalorização, a BB Consórcios estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

No mínimo anualmente, para a realização do teste de imparidade, a BB Consórcios elabora estudo para verificar se existe indicação de desvalorização de ativos alcançados pelo CPC 01, segundo critérios técnicos definidos pela Administração.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado.

h) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes, aprovado pela Circular CMN n.º 3.823/2009.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, porém, quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável (Nota 14.b) o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente.

Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas (Nota 14.c), e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

i) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis da BB Consórcios é o Real (R\$).

j) Gerenciamento de Riscos

A Administração da BB Consórcios adota política conservadora, seguindo a política de gerenciamento de riscos adotada pelo conglomerado Banco do Brasil. As disponibilidades e as aplicações financeiras são mantidas e realizadas com o seu controlador, o que minimiza o risco de crédito dos ativos da Empresa.

4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	R\$ mil	
	31.12.2015	31.12.2014
Disponibilidades	38	104
Total	38	104

5 – APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Correspondem a aplicações financeiras efetuadas junto ao Banco do Brasil S.A. em operações compromissadas, lastreadas por LFT, com taxa de remuneração de mercado.

a) Composição

	R\$ mil	
	31.12.2015	31.12.2014
Aplicações em Operações Compromissadas		
Letras financeiras do tesouro - Posição bancada	324.152	292.720
Total	324.152	292.720

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	R\$ mil		
	2º Sem/2015	Exerc/2015	Exerc/2014
Rendas de aplicações em operações compromissadas - Posição bancada	18.890	33.637	24.376
Total	18.890	33.637	24.376

6 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Títulos e Valores Mobiliários – TVM

Vencimento em dias	31.12.2015			31.12.2014		
	Valor de Mercado		Total	Valor de Mercado		Total
	Sem Vencimento	Acima de 360	Valor de Custo	Sem Vencimento	Acima de 360	Valor de Custo
1 – Títulos para negociação	11.421	--	11.421	11.421	--	11.421
Títulos privados	11.421	--	11.421	11.421	--	11.421
Cotas de fundos de investimentos	11.421	--	11.421	11.421	--	11.421
2 – Títulos disponíveis para venda	--	19.087	19.087	19.087	19.087	19.087
Títulos privados	--	19.087	19.087	19.087	19.087	19.087
CDB - instituição financeira ligada	--	19.087	19.087	19.087	19.087	19.087
Total	11.421	19.087	30.508	30.508	38.508	30.508

Por carteira	31.12.2015			31.12.2014		
	Valor contábil		Total	Valor contábil		Total
	Circulante	Longo Prazo	Total	Circulante	Longo Prazo	Total
Por carteira	11.421	19.087	30.508	10.450	16.877	27.327
Carteira própria	11.421	19.087	30.508	10.450	16.877	27.327

Por categoria	31.12.2015		31.12.2014	
	Valor contábil	Total	Valor contábil	Total
	Circulante	Longo Prazo	Circulante	Longo Prazo
Por categoria	30.508	100%	27.327	100%
1 – Títulos para negociação	11.421	37%	10.450	38%
2 – Títulos disponíveis para venda	19.087	63%	16.877	62%

b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	R\$ mil		
	2º Sem/2015	Exerc/2015	Exerc/2014
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5.b)	18.890	33.637	24.376
Rendas de títulos de renda fixa	1.221	2.209	1.631
Rendas de aplicações em fundos de investimentos	756	1.306	1.173
Total	20.867	37.152	27.180

c) Instrumentos Financeiros Derivativos – IFD

Em 31.12.2015 e 31.12.2014 não havia instrumentos financeiros derivativos em aberto.

7 – OUTROS CRÉDITOS

a) Créditos Específicos

	R\$ mil	
	31.12.2015	31.12.2014
Valores pendentes de recebimento - cobrança judicial	641	733
Outros	54	54
Total	695	787

b) Diversos

	R\$ mil	
	31.12.2015	31.12.2014
Impostos e contribuições a compensar	6.115	3.524
Devedores por depósitos em garantia (Nota 14.d)	1.653	1.363
Ativo fiscal diferido - crédito tributário (Nota 11.d)	1.449	2.145
Devedores diversos - País ⁽¹⁾	1.359	1.340
Títulos e créditos a receber	1.257	1.454
Total	11.837	9.826

(1) Inclui o montante de R\$ 1.118 mil (R\$ 1.290 mil em 31.12.2014) referente a adiantamentos para encerramento de grupos de consórcios.

8 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Sociais e Estatutárias

	R\$ mil	
	31.12.2015	31.12.2014
Dividendos e bonificações a pagar	108.046	94.936
Gratificações e participações a pagar	244	251
Total	108.290	95.187

b) Fiscais e Previdenciárias

	R\$ mil	
	31.12.2015	31.12.2014
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	62.708	46.927
Impostos e contribuições a recolher	5.135	4.486
Provisão para riscos fiscais (Nota 14.b)	30	2
Total	67.873	51.415

c) Diversas

	R\$ mil	
	31.12.2015	31.12.2014
Obrigações por recursos de consórcios - grupos encerrados ⁽¹⁾	9.370	9.227
Valores a pagar a sociedades ligadas	7.022	2.498
Provisão para demandas cíveis (Nota 14.b)	4.231	3.306
Cretores diversos - País ⁽²⁾	2.965	2.005
Provisão para pagamentos a efetuar ⁽³⁾	--	3.000
Total	23.588	20.036

(1) Refere-se a valores devidos a consorciados ainda pendentes de pagamento.

(2) Valores relativos a grupos encerrados - recursos não distribuídos.

(3) Refere-se à provisão de eventos de premiação - sinergia 2014.

9 – OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPER

BB Administradora de Consórcios S.A.

Setor Bancário Sul - Brasília-DF - CNPJ 06.043.050/0001-32

Exercício encerrado em 31.12.2015

10 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social de R\$ 98.539 mil (R\$ 98.539 mil em 31.12.2014), totalmente subscrito e integralizado, está dividido em 14.100 ações ordinárias, representadas na forma escritural e sem valor nominal. O Patrimônio Líquido de R\$ 167.522 mil (R\$ 164.162 mil em 31.12.2014) corresponde a um valor patrimonial de R\$ 11.880,99 por ação (R\$ 11.642,70 em 31.12.2014).

b) Reservas de Lucros

	31.12.2015	31.12.2014
Reservas de Lucros		
Reserva legal	19.708	16.348
Reservas estatutárias	49.275	49.275
Total	68.983	65.623

A BB Consórcios constituiu Reserva Legal no limite permitido, conforme determina o artigo 193 da Lei n.º 6.404/1976.

A Reserva Estatutária para Margem Operacional tem por finalidade garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da sociedade e é constituída em até 100% do lucro líquido, após as destinações legais, inclusive dividendos, limitada a 100% do capital social.

c) Dividendos e Distribuição do Lucro Líquido

	2º Sem/2015	Exerc/2015	Exerc/2014
Base de Cálculo	108.046	205.928	172.295
- Lucro líquido	108.046	209.288	181.363
- Reserva legal constituída no período	--	(3.360)	(9.068)
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	27.011	51.482	43.074
Dividendo adicional	81.035	154.446	129.221
Total destinado ao acionista	108.046	205.928	172.295
Saldo do lucro líquido ajustado após as destinações	0	0	0

Os dividendos serão corrigidos com base na variação da taxa Selic da data do balanço até o dia do efetivo pagamento.

11 – TRIBUTOS

a) Demonstração da Despesa de IR e CSLL

	2º Sem/2015	Exerc/2015	Exerc/2014
Valores Correntes	(55.525)	(108.329)	(94.839)
IR e CSLL no país	(55.525)	(108.329)	(94.839)
Valores Diferidos	263	(696)	1.524
Ativo fiscal diferido - Diferenças Intertemporais	263	(696)	1.524
Total das despesas	(55.262)	(109.025)	(93.315)

b) Conciliação dos Encargos de IR e CSLL

	2º Sem/2015	Exerc/2015	Exerc/2014
Resultado antes dos Tributos e Participações	163.490	318.663	275.012
Encargo total do IR (25%) e da CSLL (9%)	(55.587)	(108.346)	(93.504)
Despesas administrativas indedutíveis	--	--	(118)
Incentivos fiscais - FIA - Adição	(136)	(136)	(116)
Incentivos fiscais - FIA - Dedução	400	400	340
Outros valores	61	(943)	83
IR e CSLL do período	(55.262)	(109.025)	(93.315)

c) Despesas Tributárias

	2º Sem/2015	Exerc/2015	Exerc/2014
ISSQN	(10.938)	(21.053)	(16.604)
Cofins	(15.276)	(29.253)	(25.172)
PIS/Pasep	(3.275)	(6.309)	(5.465)
Outras	--	(13)	(14)
Total	(29.489)	(56.628)	(47.255)

d) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário)

	31.12.2014		Exerc/2015		31.12.2015	
	Saldo	Constituição	Baixa	Saldo	Saldo	Saldo
Diferenças Temporárias	2.145	406	(1.102)	1.449	1.449	1.449
Provisões passivas	1.125	399	(75)	1.449	1.449	1.449
Outras provisões	1.020	7	(1.027)	--	--	--
Total dos Créditos Tributários Ativos	2.145	406	(1.102)	1.449	1.449	1.449
Imposto de Renda	1.577	298	(810)	1.065	1.065	1.065
Contribuição Social	568	108	(292)	384	384	384

Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 31.12.2015, sendo o valor presente apurado com base na taxa média de captação para o período de apuração.

	31.12.2015	
	Valor Nominal	Valor Presente
Em 2016	14	13
Em 2017	168	135
Em 2018	354	258
Em 2019	442	296
Em 2020	344	212
Em 2021	94	53
Em 2022	25	13
Em 2023	8	4
Total	1.449	984

No exercício de 2015, observou-se a realização de créditos tributários na BB Consórcios S.A. no montante de R\$ 1.102 mil, superior à respectiva projeção para o período de 2015, constante do estudo técnico elaborado em 31.12.2014.

12 – PARTES RELACIONADAS

Os custos com a remuneração e benefícios de curto prazo atribuídos à Diretoria e ao Conselho de Administração foram de R\$ 973 mil (R\$ 844 mil em 31.12.2014) e ao Conselho Fiscal da BB Consórcios foi de R\$ 143 mil (R\$ 159 mil em 31.12.2014).

A BB Consórcios não concede empréstimos ao Pessoal Chave da Administração, em conformidade com a proibição a toda instituição financeira estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

A BB Consórcios realiza com seu controlador Banco do Brasil S.A., transações bancárias, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), operações com instrumentos financeiros, depósitos remunerados e operações compromissadas. Há, ainda, contrato de prestação de serviços e convênio para rateio/ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos. A BB Consórcios celebrou, em 11/03/2015, a novação desse convênio de ressarcimento de despesas e rateio de custos diretos e indiretos com o Banco do Brasil S.A., com vigência retroativa a 01/02/2015 e com prazo de duração de 5 (cinco) anos.

Tais transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, quando aplicável. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

Sumário das Transações com Partes Relacionadas

Saldo das operações ativas e passivas da BB Consórcios com o controlador em 31.12.2015 e 31.12.2014 e resultados no 2º semestre de 2015 e exercícios de 2015 e 2014:

	31.12.2015	
	31.12.2015	31.12.2014
Ativos		
Disponibilidades (Nota 4)	38	104
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5.a)	324.152	292.720
Títulos e valores mobiliários - CDB - Instituição financeira ligada (Nota 6.a)	19.087	16.877
Passivos		
Outras obrigações - sociais e estatutárias - dividendos (Nota 8.a)	108.046	94.936
Valores a pagar a sociedade ligadas (Nota 8.c)	7.022	2.498

	2º Sem/2015	Exerc/2015	Exerc/2014
Resultado			
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5.b)	18.890	33.637	24.376
Rendas de títulos de renda fixa (Nota 6.b)	1.221	2.209	1.631
Outras receitas operacionais	--	5	595
Ressarcimento de encargos e despesas ao Banco do Brasil (Nota 9.e)	(24.314)	(45.112)	(2.394)
Outras despesas operacionais (1)	(7.214)	(14.604)	(19.520)
Despesas de pessoal	(5.638)	(10.752)	(10.111)
Despesas administrativas diversas (2)	(2.395)	(5.535)	(6.424)
Variações monetárias passivas (Nota 9.e)	(1.987)	(3.661)	(2.712)

(1) Refere-se às transações de despesas de remuneração aos parceiros comerciais, taxas e tarifas bancárias, manutenção e desenvolvimento de sistema, suporte operacional – Banco do Brasil e custos indiretos contábil/Direção Geral.

(2) No exercício de 2015 está incluído como transação mais significativa a despesa de processamento de dados no valor de R\$ 1.863 mil (R\$ 4.152 mil no exercício de 2014).

13 – REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

Em 25.10.2011, foi assinado convênio de cessão de funcionários do Banco do Brasil S.A. para a BB Consórcios, para o exercício de funções dos níveis Diretivo, Gerencial e outros cargos de confiança. A cessão dá-se na forma de disponibilidade sem ônus. O Banco do Brasil S.A. continua processando a folha de pagamento dos funcionários cedidos, mediante ressarcimento mensal pela subsidiária de todos os custos decorrentes.

	31.12.2015	31.12.2014
Número de Funcionários Cedidos pelo Banco do Brasil	37	37
Maior Salário (em R\$)	34.646,22	33.154,28
Menor Salário (em R\$)	7.141,40	6.492,19
Salário Médio (em R\$)	12.379,43	11.359,96

14 – PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos ativos contingentes nas demonstrações contábeis, conforme CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009.

b) Passivos Contingentes – Prováveis

Ações Fiscais

Ações fiscais que tramitam no Tribunal de Justiça de Minas Gerais referente à cobrança de IPVA.

Ações Cíveis

As ações movidas contra a BB Consórcios têm objeto em pedidos de indenização com base em alegações de danos fundamentados no Código de Defesa do Consumidor, bem como em pedidos de revisão de cláusulas contratuais e repetição de indébito. Essas ações, em sua maioria, foram ajuizadas no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis.

Movimentações nas provisões para demandas fiscais e cíveis classificadas como prováveis

	2º Sem/2015		Exerc/2015		Exerc/2014	
	2º Sem/2015	Exerc/2015	Exerc/2015	Exerc/2014	Exerc/2014	Exerc/2014
Demandas Fiscais						
Saldo Inicial	10	2	2	4	4	4
Constituição	20	28	28	1	1	1
Reversão da provisão	--	--	--	--	--	--
Baixa por pagamento	--	--	--	(3)	(3)	(3)
Saldo Final	30	30	30	2	2	2
Demandas Cíveis						
Saldo Inicial	3.457	3.306	3.306	1.824	1.824	1.824
Constituição	1.406	2.092	2.092	2.519	2.519	2.519
Reversão da provisão	(632)	(1.167)	(1.167)	(574)	(574)	(574)
Baixa por pagamento	--	--	--	(463)	(463)	(463)
Saldo final	4.231	4.231	4.231	3.306	3.306	3.306
Total das Demandas Fiscais e Cíveis	4.261	4.261	4.261	3.308	3.308	3.308

Cronograma esperado de desembolso

	Fiscais		Cíveis	
	2º Sem/2015	Exerc/2015	Exerc/2015	Exerc/2014
Até 5 anos	--	16	16	3.445
De 5 a 10 anos	--	11	11	767
Acima de 10 anos	--	3	3	19
Total	--	30	30	4.231

O cenário de incerteza de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações nas jurisprudências dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas.

c) Passivos Contingentes – Possíveis

Saldo dos passivos contingentes classificados como possíveis:

	31.12.2015		31.12.2014	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2014	31.12.2014
Demandas Cíveis	1.002	1.002	1.002	889
Total	1.002	1.002	1.002	889

d) Depósitos em Garantia de Recursos

Saldo dos depósitos em garantia constituídos para as contingências prováveis, possíveis e/ou remotas:

	31.12.2015		31.12.2014	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2014	31.12.2014
Demandas Cíveis	1.653	1.653	1.653	1.363
Total	1.653	1.653	1.653	1.363

15 – OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Imparidade

No exercício de 2015, não foi identificada desvalorização que justificasse o reconhecimento de perdas, conforme determina o CPC 01, recepcionado pela Resolução CMN n.º 3.566/2008.

b) Lei n.º 12.973 (Conversão da MP n.º 627/2013)

A Lei n.º 12.973, de 13.05.2014, objeto de conversão da Medida Provisória n.º 627/2013, altera a legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS/Pasep e Cofins, em especial com o objetivo de:

• revogar o Regime Tributário de Transição (RTT);

• alterar as normas relativas à tributação dos lucros do exterior; e

• disciplinar os aspectos tributários em relação aos critérios e procedimentos contábeis determinados pelas leis 11.638/2007 e 11.941/2009, as quais trataram do alinhamento das normas contábeis brasileiras às normas internacionais.

A lei foi regulamentada pela Receita Federal do Brasil por meio de suas Instruções Normativas n.º 1.515/2014 e 1.520/2014. A adoção dos dispositivos da norma foi observada a partir de 1º de janeiro de 2015. No exercício de 2015 não houve impactos significativos nas demonstrações contábeis da BB Consórcios.

II – GRUPOS DE CONSÓRCIO

1 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A BB Consórcios obteve autorização para formar e administrar grupos de consórcio em 19.02.2004, conforme publicado no Diário Oficial da União de 25.02.2004.

2 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Aplicações Financeiras

Representam os recursos disponíveis ainda não utilizados pelos grupos. Os rendimentos dessas aplicações são incorporados ao fundo de reserva e fundo comum de cada grupo. As aplicações financeiras foram efetuadas em fundos de investimentos junto ao Banco do Brasil S.A.

b) Direitos Junto a Consorciados Contemplados

Representam os valores a receber dos consorciados contemplados.

c) Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados, Contribuições Devidas ao Grupo e Bens a Contemplar

São calculados com base no preço do bem vigente no último dia de cada mês.

d) Obrigações com Consorciados

Representam os recursos coletados quando da adesão dos consorciados aos grupos em formação e também os recursos do Fundo Comum dos Grupos em Andamento.

e) Valores a Repassar

Representam os valores devidos pelos Grupos em Andamento, a título de Taxa de Administração e Seguros.

f) Obrigações por Contemplações a Entregar

Representam os recursos de consorciados contemplados destinados à aquisição de bens/serviços.

g) Recursos a Devolver a Consorciados

Representam as obrigações dos grupos relativas aos recursos a serem devolvidos aos consorciados desistentes e excluídos.

h) Recursos do Grupo

Representam os valores líquidos dos recursos de Fundo de Reserva.

3 – INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE OS GRUPOS

	31.12.2015	31.12.2014
Quantidade de consorciados ativos	644.779	565.051
Quantidade de consorciados desistentes e excluídos	204.714	194.405
Quantidade de bens entregues no período	96.653	43.916
Quantidade de bens pendentes de entrega	61.990	51.769
Quantidade de inadimplentes contemplados	19.834	14.330
Quantidade de grupos administrados	564	551
Taxa de administração média ponderada	14,01%	12,92%
Taxa de inadimplentes média ponderada de cons		

BB Administradora de Consórcios S.A.

Setor Bancário Sul - Brasília-DF - CNPJ 06.043.050/0001-32

Exercício encerrado em 31.12.2015

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Introdução

O Banco do Brasil optou, conforme faculta o artigo 11 da Resolução 3.198/2004, pela constituição de comitê de auditoria único para o Banco Múltiplo e subsidiárias autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, entre elas a BB Administradora de Consórcios S.A. (BB Consórcios). O Comitê de Auditoria, órgão estatutário de assessoramento do Conselho de Administração, tem como principais atribuições: revisar, previamente à publicação, o conjunto das demonstrações contábeis e avaliar a efetividade do sistema de controles internos e das auditorias interna e independente. Os administradores da BB Consórcios são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna do Conglomerado responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos a que a BB Consórcios está exposta, avaliando, com independência, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos, por meio de verificações quanto a sua qualidade, suficiência, cumprimento e efetividade.

A KPMG Auditores Independentes é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis. Avalia, também, no contexto desse trabalho, a qualidade e adequação do sistema de controles internos e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

No endereço eletrônico www.bb.com.br/ri estão disponíveis o regimento interno do Comitê de Auditoria e canal para recepção de informações acerca do descumprimento de regulamentos e códigos internos e de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Instituição.

Principais Atividades

O Comitê de Auditoria realizou reuniões regulares, em cumprimento ao seu plano de trabalho, com o Conselho de Administração, a administração e, também, com executivos do Banco das áreas que prestam serviços à BB Consórcios, tais como: controles internos, gestão de riscos, contabilidade, segurança, jurídica, tecnologia, governança e finanças.

Nessas reuniões abordou, em especial, assuntos relacionados ao sistema de controles internos, conformidade, aspectos contábeis, governança corporativa, tecnologia da informação e recomendações emitidas pelas auditorias interna e independente e por órgãos externos de fiscalização. Nas situações em que identificou necessidade de melhoria, recomendou aprimoramentos.

Manteve diálogo com as equipes das auditorias interna e independente, oportunidades em que verificou o cumprimento dos seus planejamentos, conheceu os resultados dos principais trabalhos e examinou suas conclusões e recomendações.

O Comitê revisou as demonstrações contábeis e notas explicativas e os relatórios da administração e do auditor independente.

Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria concluiu:

- o sistema de controles internos é adequado ao porte e à complexidade dos negócios da subsidiária e objeto de permanente atenção por parte da administração;
- a Auditoria Interna é efetiva e desempenha suas funções com independência, objetividade e qualidade;
- a auditoria independente é efetiva e não foram identificadas ocorrências que pudessem comprometer sua independência;
- as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BB Consórcios em 31/12/2015, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Brasília-DF, 16 de fevereiro de 2016.

Antônio Carlos Correia

Egídio Otmar Ames

Elvio Lima Gaspar

Luiz Serafim Spinola dos Santos

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

De conformidade com o inciso V do art. 142 da Lei nº 6.404, de 15.12.76, o Conselho de Administração da BB Administradora de Consórcios S.A. declara que, em reunião desta data, tomou conhecimento e recomendou a aprovação das contas da Diretoria e do Relatório da Administração referentes ao exercício de 2015.

Em 17 de fevereiro de 2016.

Edmar José Casalatina

Simão Luiz Kovalski

José Carlos Reis da Silva

Ian Ramalho Guerriero

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL DA BB ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis, incluindo a proposta de destinação do resultado do exercício, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, os quais foram aprovados, nesta data, pelo Conselho de Administração.

Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e considerando ainda o Relatório dos Auditores Independentes – KPMG Auditores Independentes, sem ressalvas, nesta data expedido, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de ser encaminhados para apreciação da Assembleia Geral dos Acionistas.

Brasília (DF), 17 de fevereiro de 2016.

Fábio Franco Barbosa Fernandes
Conselheiro

Marco Antonio Ascoli Mastroeni
Conselheiro

Leopoldo Araujo Rodrigues
Presidente

Diretoria

Presidente

Alexandre Luís dos Santos

Diretor Executivo

João Marques do Vale

Paulo Ivan Rabelo

Conselho de Administração

Edmar José Casalatina (Presidente)

Simão Luiz Kovalski (Vice-Presidente)

José Carlos Reis da Silva

Ian Ramalho Guerriero

Cláudia Lyra Nascimento

Conselho Fiscal

Leopoldo Araujo Rodrigues (Presidente)

Fábio Franco Barbosa Fernandes

Marco Antonio Ascoli Mastroeni

Comitê de Auditoria

Egídio Otmar Ames

Antônio Carlos Correia

Elvio Lima Gaspar

Luiz Serafim Spinola dos Santos

CONTADORIA

Eduardo Cesar Pasa

Contador Geral

Contador CRC DF 017.601/O-5

CPF 541.035.920-87